

Ações executadas pelo grupo GDP/Discrepantes

- 2008 08 25 – Contratação do atuário Marcolin para subsidiar o escritório Castagna Maia na ACP da 18ª Vara do RJ – R\$ 37.205,00
- 2011 11 24 – MPF – RJ – representação
- 2013 03 30 – Contratado parecer ao desembargador Sérgio D'Andréa
- 2014 01 16 – PREVIC – representação
- 2014 02 28 – CVM – representação
- 2015 02 26 – MPF – Brasília – depoimento sobre investimentos Petros
- 2015 03 05 – Polícia Federal em SP – depoimento
- 2015 03 16 – PREVIC – representação
- 2015 03 20 – CVM – representação
- 2015 03 24 – Audiência Pública na CDC – apresentação
- 2015 07 07 – TCU – representação
- 2015 07 21 – TCU – representação
- 2015 08 04 – PREVIC – representação
- 2015 08 04 – PREVIC – representação
- 2015 09 24 – PREVIC – representação
- 2015 11 12 – CPI dos Fundos de Pensão – depoimento
- 2015 11 16 – TCU – representação
- 2015 12 10 – Operação Lava Jato – Depoimento em Curitiba
- 2016 05 19 – MPE SP – representação
- 2016 08 09 – PREVIC – representação
- 2017 03 28 – Operação Greenfield – Depoimento no RJ
- 2017 11 08 - Denúncia à Lavajato Curitiba
- 2017 11 09 - Denúncia à Greenfield em Brasília
- 2017 11 10 - Denúncia à Polícia Federal em Brasília

Quadro Resumo dos Prejuízos Petros no Período de 2010 a 2014

empresa	quantidade de ações	valor unitário	valor atual do investimento	% de participação	participantes na ação	principais ações deletérias	data ocorrência	prejuízos estimados R\$
Itaúsa ON	352.863.555	9,01	3.179.300.631	15,00%	Camargo Correa Antônio Palloci	perda de rendimento vis a vis troca com NTN B ações sem liquidez manipulação do mercado/informação privilegiada elevar o valor da ação em dezembro/2013	dez/10 dez/13	4.000.000.000 900.000.000
Invepar ON Invepar PN	35.764.281 71.528.561	25,57 25,57	914.326.361 1.828.652.697	25,00% 25,00%	OAS	Superfaturamento - leilão de Guarulhos perda de rendimentos em títulos de renda fixa reavaliação irreal de 23,68% em 2013 ações sem liquidez	fev/12 fev/12 dez/13	550.000.000 40.000.000 525.000.000
Norte Energia ON	496.501.000	1,92	952.274.023	10,00%	construtoras denunciadas na ação	reavaliação irreal de 92% em 2013 ações sem liquidez sem qualquer previsão de rendimento	dez/13	875.000.000
Sete Brasil (FIP Sondas)			1.161.570	17,64%	Pedro Barusco Nestor Cerveró	reavaliação irreal de 72% em 2013 sem qualquer previsão de rendimento	dez/13	309.000.000
Lupatech ON	38.539.906	0,06	2.312.394	0,82%		rescisão de contratos Petrobrás subscrição "obrigada" pela Petrobrás	abr/12	400.000.000
Carteira Ativa FIA III (ações da Vale)	68.272.121	67,82	4.630.215.246	100,00%		reavaliação irreal positiva de 12,40% em 2013 Vale ON/PN perde 16% e 20% em 2013	dez/13	1.100.000.000
Banco Opportunity					Telefônicas Daniel Dantas José Dirceu	Acordo em ação judicial	set/11	167.000.000
Títulos de crédito: BVA Cruzeiro do Sul/Morada Trendbank/Invepar/Celpe Grupo Galileo/Eletrosom Apertadinho/Riviera						Provisão para devedores duvidosos empréstimos duvidosos via compra de títulos não permitidos por lei - by-pass à Lei	dez/14	730.000.000
NTNB's						Troca para alongar dívida do Tesouro e permitir compra de ações Itaúsa Venda de títulos com prejuízo e perda de rendimento comparando com dividendos pagos por Itaúsa	dez/10 set/14	16.000.000 313.506.259
						<u>TOTAL</u>		9.925.506.259

TCU

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SEGFDAM / Sesap / Disop / Seprot
Serviço de Protocolo e Produção
Gráfica

Serviço de Protocolo e Produção Gráfica
Rua do Comércio - Anexo I - Térreo - Sala 020
M.º Nacional - Brasília/DF
CEP: 70000-000 - Fone: (61) 3516-7473
E-mail: SEPROT@tcu.gov.br

COMPROVANTE DE ENTREGA

Processo nº 53.057.002-0

Data de entrega: 07/07/15

Horário de entrega: 14:32

Local de entrega: Sesap/Seprot

Assinatura:

Este texto, quando for protocolada, fica
de posse do interessado em papel protocolado.
Se não for, a segunda via ou cópia, a
qual a original seja exigida.

Este documento é regido pelo 4º da Lei nº 5.024/2000 Normativa

TCU nº 11/2008, que dispõe sobre o processo legal
administrativo, do qual é parte integrante, e
de acordo com o artigo 1º da Resolução nº 10/2008 do
TCU, e os documentos, não obrigatoriamente guardados no
TCU pelo prazo de seis meses após a posterior
destina.

Nome: JESUS DOS SANTOS

Santos/SP, 07 de julho de 2015.



Ao

Presidente do Tribunal de Contas da União

AROLDO CEDRAZ

Ref.: Pedido de investigação na gestão da Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e da sua patrocinadora Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás

SÉRGIO SALGADO, brasileiro, casado, aposentado, domiciliado em Santos, São Paulo, Av. Siqueira Campos, 524, bairro do Boqueirão, CEP-11045-200, CPF-162.798.088-15, RG-SSP-3.715.221-X, abaixo assinado, vem solicitar dessa Presidência a abertura de ação investigatória aos atos da gestão da Fundação Petros, bem como aos atos equivalentes executados pela gestão da sua patrocinadora Petrobrás que refletiram em situações ruinosas à Fundação Petros, entidade a que sou beneficiário, aposentado da Petrobrás.

Esse pedido está respaldado na condição de empresa de economia mista da sua principal patrocinadora, a Petrobrás. A Fundação Petros é uma pessoa jurídica de direito privado, porém, seu controle, por parte da Petrobrás a responsabiliza, segundo dispõe o artigo 21 da Lei Complementar 109 a repartir todo e qualquer déficit entre participantes e patrocinadora. A Fundação está caminhando, da mesma forma que ocorreu com os fundos Postalís e Funcef, para seu terceiro déficit consecutivo, o que obriga a todos, participantes e patrocinadores a cobrir o déficit, sem prejuízo da ação regressiva contra os dirigentes e terceiros responsáveis.

Não é necessário afirmar que, sendo a patrocinadora uma sociedade de economia mista, esse prejuízo, num segundo momento, também alcançará o Tesouro Nacional, com reflexos no bolso dos contribuintes em geral.

Para tanto junta Relatório sucinto que, ao seu entender, aponta indícios sérios de gestão ruinososa da e à Fundação, aliados a decisões que se obrigou a tomar fruto de acordos espúrios entre sua patrocinadora, Petrobrás e a Federação Única dos Petroleiros, FUP, entidade que não mais representa os participantes assistidos (aposentados). Esse relatório faz citação a diversos anexos que acompanham este pedido, bem como o acompanha um DVD com farta documentação.

Certo das providências necessárias para sustar o desperdício que se faz do dinheiro público,

Atenciosamente,


Sérgio Salgado

sersalga.2304@gmail.com – (13) 99118-6204 – (13) 3222-3329

Santos/SP, 07 de julho de 2015.

Ao

Presidente do Tribunal de Contas da União

AROLDO CEDRAZ

Ref.: Pedido de investigação na gestão da Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e da sua patrocinadora Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás

SÉRGIO SALGADO, brasileiro, casado, aposentado, domiciliado em Santos, São Paulo, Av. Siqueira Campos, 524, bairro do Boqueirão, CEP-11045-200, CPF-162.798.088-15, RG-SSP-3.715.221-X, abaixo assinado, vem solicitar dessa Presidência a abertura de ação investigatória aos atos da gestão da Fundação Petros, bem como aos atos equivalentes executados pela gestão da sua patrocinadora Petrobrás que refletiram em situações ruinosas à Fundação Petros, entidade a que sou beneficiário, aposentado da Petrobrás.

Esse pedido está respaldado na condição de empresa de economia mista da sua principal patrocinadora, a Petrobrás. A Fundação Petros é uma pessoa jurídica de direito privado, porém, seu controle, por parte da Petrobrás a responsabiliza, segundo dispõe o artigo 21 da Lei Complementar 109 a repartir todo e qualquer déficit entre participantes e patrocinadora. A Fundação está caminhando, da mesma forma que ocorreu com os fundos Postalis e Funcef, para seu terceiro déficit consecutivo, o que obriga a todos, participantes e patrocinadores a cobrir o déficit, sem prejuízo da ação regressiva contra os dirigentes e terceiros responsáveis.

Não é necessário afirmar que, sendo a patrocinadora uma sociedade de economia mista, esse prejuízo, num segundo momento, também alcançará o Tesouro Nacional, com reflexos no bolso dos contribuintes em geral.

Para tanto junta Relatório sucinto que, ao seu entender, aponta indícios sérios de gestão ruínosa da e à Fundação, aliados a decisões que se obrigou a tomar fruto de acordos espúrios entre sua patrocinadora, Petrobrás e a Federação Única dos Petroleiros, FUP, entidade que não mais representa os participantes assistidos (aposentados). Esse relatório faz citação a diversos anexos que acompanham este pedido, bem como o acompanha um DVD com farta documentação.

Certo das providências necessárias para sustar o desperdício que se faz do dinheiro público,

Atenciosamente,

Sérgio Salgado

sersalga.2304@gmail.com – (13) 99118-6204 – (13) 3222-3329

*Indícios que se pretende apontar com este trabalho: envolvimento da Fundação Petros na Operação Lava-Jato, participação das empreiteiras **OAS** e **Camargo Correa** e gestores da Petros em negociações altamente lesivas aos seus participantes, envolvimento da Petros com a **SETEBR**, onde seu ex-diretor **Pedro Barusco** apontou irregularidades através de delação premiada.*

LC - 109

Art. 21. O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

A - Introdução

As Entidades de Previdência Complementar Fechada (EPCF's) são responsáveis, em seu conjunto, por um ativo de R\$665 bilhões (dados de dezembro/2014). Os principais fundos de pensão estatais têm, desse total, mais da sua metade.

Este fabuloso patrimônio é controlado por gestores indiretamente nomeados pelos governos, dentro do bem conhecido esquema de distribuição de "feudos" entre partidos aliados. Embora neguem de pés juntos, esses gestores estão visivelmente incumbidos de missões que transcendem à que deveria ser a única delas: lutar para que os fundos atingissem e, possivelmente, superassem suas metas atuariais.

Com isso, a visão estratégica muda. Ao invés de garantir aposentadoria digna e justa ao participante que paga, durante os anos da sua vida laboral, contribuição mensal de forma a manter um benefício legítimo (**em algumas fundações, mesmo como assistido continua pagando**), serve a estratégias para a construção de políticas de governo, desconsiderando a razão fundamental da formação da poupança previdenciária com foco no bem estar do trabalhador na fase em que ele vai se tornar mais carente, a da idade avançada. **O que está acontecendo com o fundo Aerus é um exemplo típico: má gestão privada com intervenção estatal nos preços das tarifas da Varig (assunto no STF).** Postalis e Funcef são os casos mais recentes. O que está acontecendo com a Petros é outro exemplo, ainda mais típico.

A montagem dessa política de barganha se evidencia com o direcionamento dado aos ativos desses fundos. Criam-se rubricas próprias dentro deles e, fora deles, facilita-se o descaminho dos recursos através de regulamentação e atuação permissivas das agências fiscalizadoras, também sob o controle do governo federal. Assim, legitima-se essa atuação, algumas vezes criminosa, que atinge o participante de forma cruel e sem qualquer possibilidade de defesa.

Dentro das fundações foi montada a rubrica Ações em Participações.

Essa rubrica contém ativos de empresas em que as fundações têm quantidade elevada, percentualmente, das suas ações ON, com direito a voto nas AGOE's. E tão elevada, que permite a designação direta, pela fundação, de conselheiros (fiscais e/ou administrativos) ou, somadas às quantidades de outras fundações, que, nesse conjunto formado, eleja um ou mais conselheiros. **Exemplo clássico: a que juntou os votos da**

Previ, Funcef, Petros, além do BNDES e do BNDESPAR, para eleger conselheiros como representantes dos acionistas minoritários na Petrobrás e que está em disputa judicial.

Fora delas, outro instrumento bastante usado são as SPE's – Sociedades de Propósitos Específicos.

São dessas sociedades o surgimento da cessão de valores que, na Petros, junto com facilidades de aceitação de títulos creditórios, obrigou seus gestores a destacarem mais de **R\$730,6 milhões** como provisão para devedores duvidosos (até dezembro/2014).

Aplicações executadas direta ou indiretamente no Banco Morada, Banco Cruzeiro do Sul, BVA, Trendbank, Grupo Galileo, Hidrelétrica de Apertadinho (em Rondônia), Eletrosom, Riviera Country Club, Celpa, Inepar exemplificam essa situação. São mais de 70 investimentos ruinosos segundo denúncias levadas à Previc pelos conselheiros eleitos, agência “governamental” cujos responsáveis sentam em cima dos processos a dano dos participantes das fundações a quem eles deveriam defender. Em relação ao Grupo Galileo, a Polícia Federal apurou o desvio de mais de R\$100 milhões, dos quais metade, ou R\$50 milhões teriam sido entregues aos senadores Renan Calheiros e Lindbergh Farias e ao deputado Luiz Sérgio, o primeiro do PMDB e os outros dois do PT.

Há sérios indícios que, mesmo proibidos por lei, empréstimos (através de manobras contábeis) dos recursos da fundação foram feitos para cobrir rombos de amigos e parceiros. Caso típico a cessão, aprovada na Diretoria Executiva da Petros, de empréstimo de R\$60 milhões à Lupatech, quando esta já se encontrava em dificuldades insanáveis, exibindo patrimônio negativo e dívida várias vezes superior ao seu faturamento anual

Vale tudo para que esse sistema de espoliação dos participantes indefesos opere sem percalços. Outra facilidade recém-criada é a permissão para que as fundações reavaliem seus ativos com valores que terão no futuro e não os valores que eles têm hoje.

A avaliação que a Petros fez em relação à sua participação na empresa Norte Energia (hidrelétrica de Belo Monte) no fechamento de 2013 (mais R\$824 milhões), lhes serviu de exemplo. A Funcef, com o mesmo ativo e igual participação avaliou sua participação em menos R\$51 milhões.

A CGPC aprovou recentemente uma resolução que permite, a partir deste 2015, implantar essa nova forma de avaliação, ou seja “legalizaram” a exemplificação da ilegalidade cometida pela Petros em dezembro de 2013. **Essa forma de avaliação havia sido revogada em 2004.**

A quase totalidade das EPCF's estatais está com déficits astronômicos, face gestões desastrosas, para não dizer criminosas.

Ainda assim querem repassar o resultado negativo aos seus participantes, seja na forma de aumento de contribuição seja na de redução dos benefícios. É o caso da Funcef e do Postalís, só para ficar nos maiores, além, ao que tudo indica da Petros ao final deste 2015.

O resultado final de tudo isso: déficits em fundos de pensão também geram cobertura por parte das próprias patrocinadoras dessas fundações. Isso equivale a afirmar que ao cobrir o rombo causado, de forma criminosa ou não, por parte da sua patrocinada, essas empresas estatais subtraem dinheiro público que deveria estar servindo ao cidadão seja na saúde pública seja na educação.

B – O Déficit Técnico da Petros e o fechamento de 31/12/2013

- 1) A partir de abril/2013 passamos de uma condição favorável para um Déficit que alcançou em nov/2013 o astronômico valor de R\$ 6,8 bilhões. Em dezembro/2013 esse valor foi reduzido a R\$2,3 bilhões.
- 2) Tardamente, em 6/2/2014, a Petros disponibilizou aos participantes seu Relatório de Atividades de Dezembro de 2013 e nele está registrada a derrubada do seu Déficit Técnico, de **R\$6,8 para R\$2,3 bilhões**. O desequilíbrio técnico do Plano Petros do Sistema Petrobrás - PPSP (plano de Benefício Definido) sofreu redução IRREAL de **R\$4,5 bilhões** (de R\$6,8 para R\$2,3 bilhões). Abaixo o relato de como isso foi aplicado:
- 3) **Caso Itausa desde 2010 (estudo completo em separado)**

Especialmente em dez/2013 a Petros atingiu os **14,92%** do capital votante em ações ITSA3. Em 10/01/2014 ela comunicou ao mercado que havia adquirido participação acionária relevante - **15%**. Esse percentual lhe dá condições de, em determinadas situações (ao menos neste momento), indicar um conselheiro ao CA da Itaúsa. O cargo já vinha sendo ocupado pelo ex-presidente da Petrobrás José Sérgio Gabrielli por acerto executado com a Camargo Correa e a holding Itaúsa durante o processo de execução da compra do lote que pertencia à primeira. A Petros pagou neste ativo, em 30/12/2010, um SOBRE PREÇO que causou um prejuízo calculado de **R\$524 milhões**. Se pensarmos na perda pela diferença de rendimento, teremos mais R\$456 milhões, ou seja, a preços de maio/2015, R\$980 milhões que se perderam **e que jamais serão recuperados.**

Para atingir os 14,92% ela comprou, em dezembro/13, **717.214 ações**. Essa quantidade equivale a **89,56% do total de 800.800 ações negociadas na Bovespa**. Por conta disso as ações ITSA3 que vinham tendo negociação sofrível, atingindo em 13/12/13 o seu menor valor unitário no ano, ou **R\$9,60**, fecharam o mês de dezembro (30/12/2013) valendo **R\$12,70**. Isso provocou uma valorização positiva, e fictícia, no Relatório de Atividades da Petros, de um mês para o outro, de **24,51%**, gerando uma redução de **R\$793 milhões** em seu déficit. **Há indícios de forte manipulação nos negócios com essas ações na Bovespa para elevar seu**

valor e fazê-lo chegar aos R\$12,70, sem que a CVM, órgão fiscalizador do mercado tenha tomado qualquer providência.

Em 10/1/2014 a Petros comunicou oficialmente ter atingido 15%. Nesse pequeno intervalo de atuação, exatos 7 pregões, ela comprou **97,07%** do que se negociou.

Outro fato estranho, ao se comparar os RA's de nov e dez/2013, vê-se que a Petros se desfez, em 18/12/2013, de debêntures da JHSF (renda fixa), total de **R\$86,4 milhões**, que rendiam IPCA+9%a.a.. **Indício de troca de renda fixa com rendimento elevado por ações sem liquidez?**

- 4) Em outro item importante, INVEPAR, a Petros é detentora de 35.764.281 ações ON e 71.528.561 ações PN, total de 107.292.842 ações (25% do capital votante e também do capital total). Essa empresa não é negociada em bolsa. Em 2012 adquiriu o Aeroporto de Guarulhos, classificado dois anos após como o PIOR AEROPORTO DO MUNDO. A Invepar comprou Guarulhos por **R\$16,213 bilhões** e isso foi **26%** sobre o segundo maior lance dado no leilão de fevereiro de 2012 e atingiu o ágio de **373,5%** sobre o valor inicial.

A Petros, em fevereiro/2012, para injetar mais dinheiro na Invepar, se desfez de debêntures emitidos por essa companhia, num total de **R\$137,682 milhões** que lhe rendiam **IPCA+9,75%a.a.**, com clara perda de rendimento e liquidez. Enquanto isso a OAS integralizou sua parte repassando à Invepar a Linea Amarilla, ativo ultra deficitário localizado no Perú.

Em 2013 a Petros recebeu como rendimento em juros e dividendos pagos pelos **R\$2,743 bilhões** que tem em Invepar somente **R\$377.887,81** (ou 0,00352202252670292% por ação).

De janeiro a dezembro de 2013 o valor unitário dessas ações, ON e PN, foi mantido em **R\$20,67**. Em dez/2013, seu valor unitário foi reavaliado em mais **23,68%**, saltando para **R\$25,57**, gerando um acréscimo patrimonial de **R\$525,23 milhões**.

A holding Invepar apresentou prejuízo em 2014 de **R\$262,9 milhões**, tendo R\$78,2 milhões absorvidos pela reserva legal e os restantes R\$184,7 milhões levados à conta de prejuízos acumulados, portanto outro ano sem qualquer rendimento.

- 5) Em julho/2013 a Petros registrou em seu RA a entrada na rubrica PARTICIPAÇÕES do total de 375.001.000 ações ON da Norte Energia S/A (Belo Monte) pelo valor unitário de R\$1,00/ação, portanto **R\$375,001 milhões** desse novo ativo. Essa ação também não é negociada na Bovespa. Esse valor financeiro foi mantido até novembro/2013. Em dezembro/2013 o valor unitário foi alterado para

R\$1,92/ação (ou 92% de valorização), o que elevou esse ativo para o patamar dos **R\$824,729 milhões**.

A FUNCEF, com o mesmo percentual de participação da fundação Petros em Belo Monte, reavaliou o ativo em **menos R\$51 milhões**, ou seja, a Petros sobrevalorizou sua própria participação em **R\$875 milhões** vis-a-vis a participação da Funcef no mesmo negócio.

6) FIP SONDAS (Sete Brasil), fundo gerenciado pela CEF e sem, também, dar qualquer rendimento até agora **teve suas cotas reavaliadas em 72% de out para nov/2013**, ou **R\$309 milhões**, antecipando o que ocorreu de nov/dez-2013 com outros ativos acima citados. O ex-diretor de investimento da Petros Newton Carneiro era também o presidente do CA da Sete Brasil, que teve diretores envolvidos na operação Lava-Jato e, resultado disso, abriu apuração interna sobre suas contratações.

7) A Petros detém 68.272.121 cotas de um fundo de ações da Vale - **Carteira Ativa III FIA**. Entre janeiro e novembro/2013 o valor de suas cotas permaneceu igual, em **R\$59,93**. Em dez/2013 as cotas foram reavaliadas para **R\$67,36**, ou **12,40%**, que impactou o fechamento anual, positivamente, em mais **R\$507,241 milhões**.

As ações da companhia Vale, tanto as ON quanto as PNA, de **nov para dez/13** tiveram desvalorização em **0,45** e **0,18%** respectivamente (valiam individualmente **R\$35,71** e **R\$ 32,73**).

Em **31/12/2012**, seus valores unitários, registrados no RA da Petros, eram de **R\$42,28** e **R\$40,87**, ou seja, **INDIVIDUALMENTE, no ano de 2013**, as ações tiveram uma **desvalorização** real de **15,54%** e **19,54%**.

Ao contrário e estranhamente, no Fundo Carteira Ativa III FIA, da fundação, as cotas ganharam uma valorização de **12,40%** que impactou favoravelmente o ativo da Petros em mais **R\$507,2 milhões! Soma-se a esse total a desvalorização sofrida pelas ações Vale ON no ano de 2013, na Bovespa, de 15,54% o que eleva ao valor outros quase R\$600 milhões, e totaliza o prejuízo dos nossos ativos em 2013, em torno de R\$1,1 bilhão.**

8) Em outubro de 2008 a Petros, cumprindo acordo executado entre a Federação Única dos Trabalhadores e a Petrobrás, aceitou que uma dívida da patrocinadora com a sua fundação fosse negociada para ser efetivamente paga após 20 anos. O valor recebido, R\$5,647 bilhões, durante todo esse período será atualizado atuarialmente e receberá juros semestrais. Esse total, inicialmente previsto em dezembro de 2006 em R\$4,629 bilhões, sofreu atualização atuarial entre dez/2006 e out/2008 de somente 22%.

O acordo dessa dívida previa, inicialmente, caução em títulos federais NTN-B's. Mais adiante, em novo acordo com a Federação Única dos Petroleiros e a

Petrobrás (já com sérias dificuldades financeiras e já investigada na Operação Lava-Jato), os títulos foram trocados por depósitos de gás e óleo no pré-sal. Praticamente é um crédito que a Petros tem com a sua patrocinadora, financiando, às custas do sacrifício dos seus participantes, o roubo descarado e desavergonhado que empregados de mal caráter cometeram na Petrobrás.

Certamente se esse valor tivesse entrado nos cofres da fundação poderia estar permitindo rendimento bem superior ao que vem sendo pago à Petros.

Em novembro de 2013 o valor original de R\$4,629 bilhões, recalculado, atingia o montante de R\$5,599 bilhões (21% acima do valor original).

A fundação Petros nesse mês estava com um déficit de R\$7,1 bilhões (considerando aqui a retirada do valor da pedalada contábil montada pela atualização das ações da Sete Brasil no mês de outubro de 2013), portanto, o ano de 2013 certamente fecharia com um déficit acima de 10% dos ativos da fundação obrigando um acerto para cobertura, conforme a LC-109, em que os assistidos teriam diminuição dos seus benefícios, os ativos aumentariam suas contribuições e a Petrobrás pagaria sua parte, **ou seja o cidadão comum pagaria também o prejuízo.**

Possivelmente com o aval da patrocinadora o valor de R\$5,599 bilhões (crédito que a Petros tem com a Petrobrás) foi atualizado em mais de 47%, elevando o total para R\$8,233 bilhões. Isso permitiu que o déficit (juntamente com avaliações executadas em outros ativos acima descrito) caísse ao final de dezembro de 2013 para **R\$2,3 bilhões.**

Os dados abaixo são descrições contidas nos RA's de nov e dez/13 como justificativa às variações dos investimentos em renda variável nesses meses. Deles se depreende **A TOTAL INCOERÊNCIA DESCRITIVA ENTRE SUAS EXPLICAÇÕES,** considerando que o mercado financeiro estava em queda e o resultado de fato ocorrido nesses dois meses.

3.4. Investimentos em Renda Variável

Em novembro, as aplicações em renda variável representavam 40,57% do total dos investimentos da Petros e, deste total, a Carteira de Participações Mobiliárias, contava com 33,59%, os Fundos de Ações de Mercado, 4,26%, Carteira de Giro, 2,72%. **Neste mês o mercado de capitais brasileiro operou com o Ibovespa em baixa de 3,27% e com o IBX-100 da Bolsa de Valores de São Paulo em baixa de 2,02%.** A carteira de ações à vista apresentou perda no mês de 2,96% e no ano de 1,65%. Os Fundos de Ações de Mercado obtiveram perda no mês de 0,66%, no ano de 0,37% e ganho nos últimos 12 meses de 4,56%. **A Carteira de Participações Mobiliárias com perda no mês de 1,45%, no ano 2,76% e nos últimos 12 meses 3,08% (ver tabela 17).**

3.4. Investimentos em Renda Variável

Em dezembro, as aplicações em renda variável representavam 41,78% do total dos investimentos da Petros e, deste total, a Carteira de Participações Mobiliárias, contava com 35,22%, os Fundos de Ações de Mercado, 4,04%, Carteira de Giro, 2,51%. **Neste mês o mercado de capitais brasileiro operou com o Ibovespa em baixa de 1,86% e com o IBX-100 da Bolsa de Valores de São Paulo em baixa de 3,08%.** A carteira de ações à vista apresentou perdas de 3,49% no mês e de 5,07% no ano. Os Fundos de Ações de Mercado obtiveram perdas de 1,69% no mês e 2,05% no ano. **A Carteira de Participações Mobiliárias com ganhos no mês de 8,79% e de 5,78% no ano (ver tabela 17).**

As ações em Seleção são as que estão cotadas na BMFBovespa, já as em Participação, algumas estão cotadas e outras não e estão com um peso enorme nos investimentos da Petros.

C – Descrição sucinta de ativos da Petros problemáticos

1 - Itaúsa ON

Originalmente a Camargo Correa era dona de 173.702.829 ações ITSA3 (equivalentes a 10,31% do capital votante da holding Itaúsa).

Como ITSA3 não tem liquidez, a CC pediu AGE à holding, pautando a troca pura e simples de ações ON por ações PN (estas com total liquidez). Quando a AGE se realizou, seu Conselheiro votou contra, e deu, como justificativa, perda no deságio (ON com valor maior que PN – troca definida 1 x 1).

Estranhamente, no momento em que pediu a AGE para trocar ações ITSA3 por ITSA4 e fazer caixa para atender seu projeto de investimento, e foi o único voto a não aceitar a própria proposta, surgiu a informação na mídia que a CC havia comprado mais 18.869.754 ações ITSA3. Somadas ao lote original, a CC as vendeu em 30/12/2010 à nossa Fundação, ganhando em cima mais algumas dezenas de milhões de reais.

No dia 30/12/2010 a Camargo Correa vendeu 192.572.583 ações ITSA3 (equivalente a 11,43% do capital votante). Do total de 213.383.113 ações ITSA3 adquiridas pela Fundação Petros no leilão (obrigatório, nesses casos, por lei) de 30/12/2010, 20.810.730 foram compradas de ofertantes no mercado. O total adquirido pela Petros, nesse 30/12/10, equivalia a 12,70% do capital votante da holding Itaúsa.

A Camargo Correa ganhou em duas pontas: vendeu sua participação inicial com lucro excepcional e *ganhou na venda das 18.869.754 ações compradas posteriormente.*

Ao considerar suspeita a compra de ações sem liquidez, em momento que ela mais precisava de caixa, sugere indício de negociação política através do ex-ministro Antônio Palloci, demitido pela presidente Dilma quando a mídia trouxe o assunto à tona. Valor da venda a leilão = R\$14,485/par. Esse sobre-preço provocou uma perda irrecuperável que, atualizada, atinge hoje **R\$524 milhões.**

Há, ainda, fortes indícios, para se chegar ao valor unitário final de R\$14,485 nessas ações, de manipulação de sua negociação em bolsa, considerando também que, a base desse preço foi construída através das ações Itaúsa PN (estas com ampla e total liquidez). Contra isso, um grupo de participantes assistidos entrou com representação junto à CVM, cujo processo, instaurado em 22/4/2014, recebeu o número SP-2014-126.

Os fundamentos jurídicos dessa denúncia são as infrações tipificadas como "manipulação de mercado" (artigo 27-C da Lei 6.385/1976) e "uso indevido de informação privilegiada" (artigo 27-D da mesma lei).

Assim, foi sem surpresa alguma a doação feita pela Camargo Correa à campanha presidencial, da atual presidente Dilma, em 2010.

Para que essa negociata fosse realizada, houve toda uma preparação na Fundação Petros, com troca de NTNBS que rendiam à fundação juros semestrais e estavam no seu melhor momento. Isso foi objeto de uma análise criteriosa do participante assistido Domingos Saboya, base da representação junto à CVM, também anexa. Para negociá-los praticaram o que o Congresso faz na aprovação das MP's: contrabandeia situações escusas de lobies interessados, misturando alhos com bugalhos.

O que fizeram? Essas NTNBS (originais recebidas pela Petros em 2001) rendiam IPCA+6%a.a.. **A Diretoria Executiva enfiou nesse meio 745.414 NTNBS de 2002 (da Eletrobrás) que nos rendiam a fábula de IPCA+11,05%a.a., e as trocou todas por outras com rendimento = IPCA+6%a.a., alongando a dívida do Tesouro em mais 18 meses.**

Parte desses títulos foram vendidos e geraram prejuízo imediato de **R\$16 milhões** ao fundo. Ao total dessa venda, R\$2,602 bilhões, juntou-se mais R\$490 milhões do dia a dia da Petros, para a compra inicial das 213 milhões da ITSA3 (R\$3,09 bilhões).

Para se ter noção de valores comparativos da enorme perda de rendimentos entre os juros pagos pelos títulos e os dividendos recebidos por ITSA3, abaixo estão construídas duas situações, no primeiro caso somente o rendimento mensal dos títulos vendidos (valores atualizados pelo IPCA do período, tanto para os juros dos títulos quanto para os dividendos pagos por Itaúsa)

Títulos Públicos NTNBS vendidos em dez/10 para a compra de ações ITSA3 - Total de títulos vendidos = 1.285.000 (vencimentos em 2015/17/20/24/45/50) no valor de R\$2,603 bilhões - **Prejuízo imediato de R\$16,3 milhões**

Total dos rendimentos (hipotéticos) que as NTNBS vendidas na operação teriam no período 2011/2014 caso permanecessem em carteira - **R\$689.708.393,05**

Total dos dividendos recebidos no mesmo período pelas 213.383.113 ações ITSA3, considerando ainda bonificações recebidas - **R\$313.506.259,79 OU um rendimento 2,2 vezes menor**

Na permuta de títulos NTNBS, oriundos de privatização no início da década de 2000, foi executada, em tese, uma operação de forma sorrateira, que acabou por ludibriar todos os conselheiros do Conselho Deliberativo, eleitos e indicados, exceção provável ao seu ex-presidente Wilson Santarosa: a inclusão de outros títulos, estes adquiridos em 15/03/2002, da privatização da Eletrobrás que rendiam **IPCA+11,05%a.a.** e vencimento em 15/3/2023, diferentemente dos originados na privatização da Petrobrás, trocados em 15/11/2001, pelos chamados títulos podres (NTNP's) e que tinham somente dois vencimentos, 15/11/2013 e 15/11/2033.

Ao compararmos a situação acima descrita, substituindo os títulos vendidos pelos que tinham um rendimento muito maior, o valor cresce de forma assustadora, considerando sua quantidade bem menor **(745.414 títulos com o valor financeiro de R\$1,507 bilhões).**

Total dos rendimentos (hipotéticos) que essas NTNB's vendidas na operação teriam no período 2011/2014 caso permanecessem em carteira - **R\$733.697.206,02.**

Total dos dividendos de ITSA3 no mesmo período pelas 213.383.113 ações, considerando ainda bonificações recebidas - **R\$313.506.259,79** **OU um rendimento 2,34 vezes menor.**

A perda pela diferença de rendimentos, também irrecuperável, atinge **R\$456 milhões.**

2 - Norte Energia – Usina hidrelétrica de Belo Monte

*Entrou nos ativos da Fundação Petros em Ago/2010, como Empresa de Financiamento de Projetos com uma aplicação de **R\$8,001 milhões**, ou 6,09% dessa carteira, permanecendo nela até junho/2013.*

A partir de Jul/2013 passou para a rubrica de Ações em Participação. A Petros detém 10% do capital votante, 496.501.000 ações ON valoradas pela Petros em R\$825 milhões.

Em julho/2013 a Petros registrou em seu RA a primeira entrada na rubrica PARTICIPAÇÕES do total de 375.001.000 ações ON da Norte Energia S/A (Belo Monte) pelo valor unitário de R\$1,00/ação, portanto **R\$375,001 milhões** desse novo ativo.

Essa ação também não é negociada na Bovespa. Seu valor unitário foi mantido até novembro/2013. Em dezembro/2013 o VU foi alterado para **R\$1,92/ação** (ou 92% de valorização).

Não há qualquer rendimento proporcionado por esse ativo, perspectiva de retorno somente como sonho. Há, no entanto, custo **e muito elevado.**

Sobre isso há ainda o artigo abaixo (parte dele) que mostra o absurdo e a ilegalidade do ato.

Josette Goulart e Mariana Sallowicz - Agência Estado

11.05.2014 - <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,Petros-engorda-resultado-com-belo-monte-imp-,1165125>

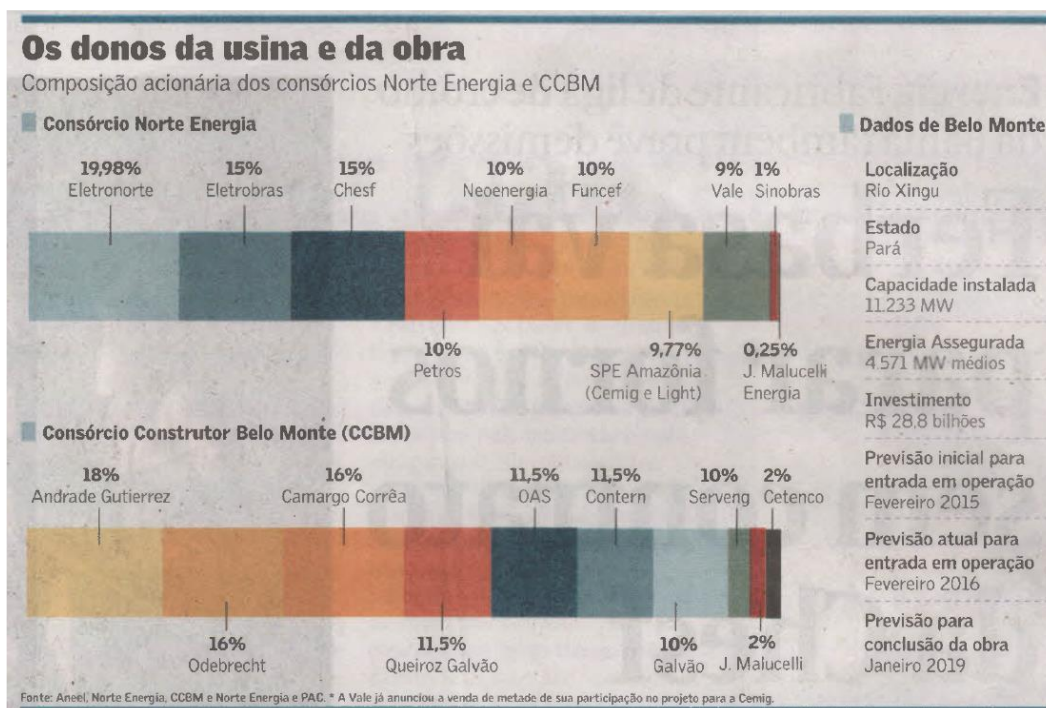
Fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás avalia fatia na usina por R\$ 875 milhões a mais que o cálculo feito pela Funcef.

Uma mudança na forma de contabilizar a participação na usina hidrelétrica de Belo Monte melhorou a performance do fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás (Petros) em 2013. Bombardeado pelo conselho fiscal, que não aprovou as contas do ano passado, e com um déficit de R\$ 2,8 bilhões, o fundo fechou com uma rentabilidade negativa, longe dos 11,74% que tinha por meta render.

A diferença nas contas do fundo em relação à sua participação na concessionária Norte Energia, dona de Belo Monte, de um ano para o outro, chama ainda mais atenção se comparada à forma como o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF), também sócia no empreendimento com a mesma participação de 10%, registrou a operação. Enquanto o Petros contabiliza R\$ 824 milhões, a Funcef dá a Belo Monte um valor negativo de R\$ 51 milhões. Uma diferença, portanto, de R\$ 875 milhões.

Mais sério ainda foi a atitude do órgão que fiscaliza os fundos de pensão que, ao contrário de punir, abriu espaço para que isso seja usado, a partir deste ano de 2015, como praxis na avaliação dos seus ativos. Ou seja eles poderão contar com o ovo antes da galinha os botar e se quebrar dentro da cloaca, o dono da galinha que fique com o prejuízo.

Os valores unitários da Norte Energia não sofreram nova alteração de dezembro/13 até setembro/2014. Evidente que há expectativa de nova avaliação positiva de novembro para dezembro/2014 se estourar como previsto o déficit da Petros.



A Operação Lava-Jato atingiu a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em cheio, vide no gráfico acima a relação, com respectivo percentual de participação, dessas construtoras, quase todas sofrendo investigações, tendo já, algumas, seus executivos presos. Não bastasse isso, também a montagem da própria usina está envolvida na Operação, dela fazem parte a Engevix e a Toyo Setal (sócio Augusto Mendonça é um dos delatores nas investigações).

Isso provocou revisão do Plano Decenal de Energia (PDE), que prevê somente para 2016 o início de sua operação. A taxa de retorno de Belo Monte, que já não era boa, entra no vermelho de vez pois obrigará o Consórcio a comprar energia no mercado à vista para honrar compromissos contratuais.

Em 2014 a Norte Energia provisionou R\$251,8 milhões a pagamentos realizados ao Consórcio Impsa Belo Monte, empresa argentina com grandes dificuldades financeiras que teve seu contrato rescindido. Foram provisionados mais R\$4 milhões a contratos de empresa envolvida no Lava-Jato (Iesa Projetos, Montagens e Equipamentos). Essas provisões aumentaram o prejuízo do consórcio de R\$41,7 milhões em 2013 para R\$219,4 milhões. A Norte Energia já está custando **R\$ 21,5 bilhões**.

3 - Invepar

A fundação Petros iniciou sua participação em Invepar em 6 de março de 2009 (aprovado em reunião da DE o aporte de R\$400 milhões iniciais), subscrevendo 13.493.218 ações ON e 26.986.436 ações PN. Em set/2014 essa participação atingiu 25% no capital votante, ou 35.764.281 ações ON e outros 25% em ações PN, ou 71.528.561 ações. Isso representa, conforme registro no Relatório de Atividades da fundação, o valor de **R\$2,743 bilhões**.

Em 06/02/2012, a Invepar venceu o leilão de privatização de Guarulhos, dando um lance de **R\$16,213 bilhões**, equivalente a 26% maior do que o segundo lance e 373,5% acima dos valores mínimos estipulados. Com isso a Invepar detém 90% de Guarulhos e os restantes 10% pertencem à estatal sul africana ACSA.

A empresa não é negociada em bolsa. Quase dois anos após sua privatização, Guarulhos foi considerado O PIOR AEROPORTO DO MUNDO.

Consequência direta do leilão de privatização, a Petros em mar/2012 para injetar mais dinheiro na Invepar se desfez de debêntures da empresa, num total de R\$137,682 milhões que lhe rendiam IPCA+9,75%a.a., ou R\$13,4 milhões/ano.

- ▶ **Mais outro ativo em que trocamos rendimentos em ativos fixos em valores muito mais elevados que os dividendos recebidos no período.**
- ▶ Em 2010, exercício 2009, a Petros recebeu rendimentos de Invepar, total de R\$251.914,54.
- ▶ Em 2011 e 2012 a Invepar registrou prejuízo.
- ▶ Em 2013 a Petros recebeu como rendimento em juros e dividendos pelos **R\$2,743 bilhões** que tem em Invepar o valor de **R\$377.887,81** (ou 0,00352202252670292% por ação).
- ▶ *Em 2014 a Invepar não distribuiu os dividendos referentes ao ano anterior. Seu lucro foi de R\$ 0,0532222340461703/ação. **A Petros receberia R\$5,71 milhões.** Os dividendos obrigatórios declarados pela Assembleia Geral não foram pagos tendo em vista os aportes de capital previstos nas suas coligadas e controladas para fazer frente às respectivas necessidades de capital.*
- ▶ A Invepar virou 2013 para 2014 e deste para 2015 sem dar retorno e extremamente endividada. Com o cenário complicado, houve manifestações públicas dos dirigentes de Petros e Previ informando que há estudos para abrir o capital, captando recursos para diminuir o montante da dívida. Isto feito, a diluição das participações atuais seria muito grande, e menos retorno se esperaria ainda do negócio.

- ▶ E, mesmo com tudo isso, suas ações foram reavaliadas positivamente em dez/2013 em **23,68%**. Valiam **R\$20,67/par** e saltaram para **R\$25,57/par** (tanto a PN quanto a ON).
- ▶ As demonstrações financeiras publicadas, mais recentes, do primeiro trimestre de 2015, acusa um prejuízo de R\$213,3 milhões.
- ▶ A holding Invepar apresentou um prejuízo em 2014 de R\$262,9 milhões.
- ▶ A composição acionária de Invepar em 02/10/2014 tem o seguinte perfil:
- ▶ **Previ = 25,56% - Petros – 25% - Funcef = 25% - OAS – 24,44%**
- ▶ A Invepar, em 27/12/2013, surpreendeu outra vez o Governo Federal ao **conceder desconto de 61% no leilão da BR-040**, que liga o Distrito Federal a Minas Gerais, ganhando a concessão por 30 anos.
- ▶ A Petros, a Previ e a Funcef, não tiveram até o momento retorno financeiro compatível com o capital investido.
- ▶ O mesmo não se pode dizer em relação à OAS a grande ganhadora considerando o extenso portfólio em obras sem concorrência que essas concessões possibilitam.
- ▶ A considerar ainda, **a aceitação** pela Invepar da incorporação da Linea Amarilla, concessão ultra deficitária localizada no Peru, parte da integralização do capital feita pela OAS.
- ▶ Resultado, a Invepar serve ao Governo Federal e serve à OAS, menos aos fundos de pensão.
- ▶ A OAS deixou de pagar os juros de emissão de bônus que venceram no início de janeiro/2015 tornando-se, portanto, inadimplente, semelhante ao que ocorreu com a Lupatech, empresa que a Petros, de um total de mais de **R\$400 milhões** investidos tem, hoje, somente o equivalente a pouco mais de **R\$600 mil**.
- ▶ Em dezembro/14, Valor Econômico publicou informação do possível interesse que a OAS tinha em vender sua fatia na Invepar. O valor avaliado no artigo do Valor Econômico em relação à Invepar (R\$10 bilhões) é estranho. Parte do percentual que a Petros mantém na concessionária, ou 25% em ON e mais 25% em PN, equivalente a um total de 107.292.842 ações. Seu valor em setembro/2014 era de R\$2,743 bilhões. **Esse valor é irreal** e sofreu de novembro para dezembro/2013, por parte dos gestores da Petros uma reavaliação de **23,68%** de um mês para o outro como forma de mascarar o déficit da Petros, que foi reduzido somente com essa avaliação em mais de R\$525 milhões. A Invepar vem dando prejuízo constante ou lucros tão ínfimos em seus balanços que não tem como distribuir dividendos.

4 - SETE BRASIL (FIP Sondas)

Não tem ação negociada na Bovespa, tampouco a Petros informa em seus relatórios a quantidade de ações que esse FIP representa. Ela é constituída com 5% da Petrobrás e 95% FIP Sondas, gerenciado pela CEF. A Petros tem uma participação atual de 17,64% no FIP Sondas, sua participação inicial era de 19,21%. Dele também fazem parte as fundações Previ, Funcef e Valia, além do banco BTG com um percentual mais elevado.

A Petrobrás tem poder de veto em seu comando, indicando ou pedindo a cabeça dos gestores. O presidente do CA era o ex-diretor de investimentos da Petros Newton Carneiro da Cunha, que também não tem capacidade técnica, tanto para gerir um fundo do porte da Petros como lhe faltava conhecimento técnico para o cargo na SeteBR.

Em novembro/2013 o FIP sofreu uma reavaliação de 72% sobre seu valor de outubro/2013, influenciando diretamente na manipulação do déficit ocorrido em dez/2013.

A Price acusa, no terceiro trimestre/2014, excesso de passivos que ameaçam a continuidade operacional da empresa. Além disso está sendo alcançada pela Operação Lava-Jato, onde o seu ex-diretor de operações Pedro Barusco, em delação premiada, assumiu devolver U\$103 milhões (R\$270 milhões).

Pressionada pela Operação Lava-Jato, em 26/11/14 se antecipou e comunicou ao mercado a abertura de investigação interna através de auditoria.

A Sete Brasil já pagou aos cinco estaleiros que construirão as 29 sondas de exploração do pré-sal US\$ 6,5 bilhões (cerca de R\$ 16,2 bilhões), aproximadamente 30% dos US\$ 22,2 bilhões (R\$ 55,5 bilhões) contratados, segundo o balanço financeiro da empresa. Do volume de recursos liberados, a empresa já começou a pagar por sondas que sequer tiveram suas obras iniciadas.

5 - LUPATECH

Lupatech é o caso mais emblemático de má gestão, em todos os níveis gerenciais. O presidente do seu Conselho de Administração era Wilson Santarosa, sindicalista sem qualquer experiência em gestão de empresas. A partir de determinado momento a ligação Petrobrás-Lupatech ficou extremamente intensa, tornou-a visível mas causou sua degradingolada.

A Petros começou a operar com esta empresa em nov/2007, inicialmente para a rubrica Ações de Giro, pagando valor acima de R\$50,00/par. Em 2008 elevou sua participação, atingindo, em jul/2009, 15% do capital votante.

A empresa tinha como forte cliente a Petrobrás. A situação se deteriorou a partir dos problemas de caixa da nossa patrocinadora.

Em 2 de abril de 2012, de comum acordo, Lupatech e Petrobrás encerraram contrato no valor de U\$779 milhões.

Em 5 de abril de 2012 a Petros faz acordo (junto com o BNDESPAR) em que se compromete a subscrever aumento de capital a R\$4,00/par, caso os demais acionistas não o fizessem, além do valor a que tinha direito. Como as ações já estavam abaixo desse valor, a Petros acabou por assumir o ônus.

Em 2014 novos acordos financeiros foram executados na tentativa de sanar seus problemas econômicos. Esses novos acordos derrubaram a participação da Petros, que era de 15% para somente 0,82%. A Petros aplicou na empresa valores superiores a R\$400 milhões e que hoje estão avaliados em pouco mais de **R\$550 mil**.

Fato singular ocorreu no início de 2014, quando surgiu denúncia da demissão, após investigação de possíveis irregularidades dentro da Petrobrás, de 7 técnicos, na região de Campos. Nenhum deles teve qualquer chance de defesa. A justificativa dada pela Petrobrás é que teriam ocorrido irregularidades na condução de contratos com a Lupatech. O diretor do E&P não lhes apresentou qualquer causa ou justificativa e sequer lhes deu o direito de defesa

6 - Banco Opportunity

Ao final de 1996, gestão Francisco Gonzaga, a Petros assinou contrato por 36 meses para gestão dos seus ativos com o banco Opportunity. Valor envolvido em títulos: **R\$526 milhões**. O contrato, mais adiante, trouxe diversos questionamentos dentro do conselho deliberativo do fundo (por alegados ganhos de valores elevados, IGPM+6%a.a., havendo prêmio de desempenho de 15% do que o banco conseguisse acima desse valor) e acabou denunciado e encerrado na própria gestão Gonzaga, em março/1998.

Nas discussões durante o encerramento do contrato, restou saldo contratual em torno de **R\$1.750.000,00**, referente a um período de 106 dias, valor este que deveria ser pago contra apresentação de Nota Fiscal por parte do Opportunity. Por razões ignoradas, mas plena de ilações, o Opportunity não apresentou a documentação (NF) para essa cobrança, portanto não cobrou o valor a que tinha legalmente direito, ainda que diretores da Petros da época insistissem que isso fosse feito.

Em 2003, início da gestão Wágner Pinheiro, o Opportunity entrou com ação de cobrança desse valor que, aliás, tinha pleno direito. A gestão Wágner Pinheiro poderia ter minimizado qualquer valor maior se, reconhecendo como era da sua obrigação, **o débito não cobrado pelo Opportunity**, tivesse executado o depósito judicial daquele valor inicial.

Como R\$1,75 milhões, 12 anos após, resultou num acordo que tirou dos participantes da Petros a bagatela de R\$ 167 milhões?

7 – BRASIL PHARMA

A Petros iniciou investimento em Br Pharma em junho de 2012, adquirindo 2.500.000 ações ON pagando em média R\$10,75/ação (ou R\$26,875 milhões). Essa quantidade subiu para 3.670.000 ações (o valor total investido saltou para R\$45,325 milhões)

O volume em ações variou para um pouco menos e também um pouco mais, e em 24 julho de 2013 a Petros comunicou à Empresa ter comprado quantidade que totalizou 5,48% do capital votante, ou 14.048.600 ações ON (correspondentes a R\$139,1 milhões). A partir desse mês, o ativo, além de fazer parte da rubrica em giro, também entrou com esse percentual de 5,48% na rubrica em participação.

Em 26/8/2013 novo comunicado da Petros elevando sua participação para 10,60%, equivalente a 27.175.900 ações ON. Porém a Petros, em 31/8/2013 **publicou em seu RA** ter na verdade o total de **30.772.742 ações ON**, resultado da soma de **5.134.300 ações ON** na rubrica ativo em giro e outras **25.638.442 ações ON** na rubrica ativo em participações. Esse total de 30.772.742 ações ON equivalia, na verdade, a **12%** do capital votante e não **10,60%** como ela havia comunicado.

Certamente, nosso ativo, nessa data (31/8/2013) valia perto de R\$260 milhões.

O último RA publicado (dez/2014) mostra que, nessa data, a Petros era dona de 10% do capital votante, valor esse que corrobora o Comunicado de Composição acionária, constante do portal da Br Pharma em 31/12/2014.

A Br Pharma é controlada pelo grupo BTG (37,9%) que, conforme, análises do mercado, cometeu uma série de erros estratégicos. Em abril de 2014 na vã tentativa de solucionar seus problemas financeiros, propôs aumento de capital de R\$400 milhões (R\$3,75/ação, com um bônus adicional a ser exercido em 2 anos de mais uma ação ao preço de R\$5,50, na verdade contavam que isso fosse um grande atrativo e, ao considerar que a ação voltaria a patamares elevados). Nessa data a ação era negociada a R\$3,80 ao par. E já havia perdido no ano 64%. O BTG se prontificou a assumir toda a subscrição caso outros detentores de ações não exercessem seu direito, o que diluiria a participação dos demais acionistas em 29,38%.

Como era previsível, a Petros preferiu subscrever para não perder participação acionária (ou será que seus analistas acreditavam na recuperação da empresa, dominada pelo BTG?). Resultado, pagamos ou melhor enterramos outros R\$40 milhões ao subscrevermos mais 41,60% somente para sustentar a indicação de outro apaniguado do sistema.

Nesse momento, abril de 2013 o conselheiro indicado pela Petros era Karla Senna (conselho fiscal). Neste abril de 2015 a Petros elegeu um conselheiro administrativo e um fiscal. O administrativo é o Sr. Fernando Paes de Carvalho e o fiscal Cláudia Mattos.

O valor total disponibilizado na última AGO (vide anexo) para pagamento dos administradores da Br Pharma em 2015 é da ordem de R\$8,098 milhões por ano, equivalente a R\$674 mil por mês. A administração é composta de até 5 diretores executivos e até 7 conselheiros administrativos. Portanto, se considerarmos que todos os cargos estão preenchidos, cada administrador recebe em média R\$20 mil por mês.

As ações da Br Pharma estão sendo negociadas hoje na Bovespa ao preço unitário de R\$0,79, ou seja, nosso ativo vale somente **R\$20 milhões**.

Face às enormes dificuldades financeiras da Br Pharma, há indícios de chamada para aporte de mais R\$500 milhões na empresa, o que significa outros R\$50 milhões da Petros, ou melhor, nosso, enfiados em uma estrutura que está indo à falência. Alguma semelhança com a Lupatech?

8 – DASA – DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA

A Dasa – Diagnósticos da América AS está na carteira de variáveis da Petros em duas rubricas, a de giro que fechou dez/2014 com 2.734.400 ações e a de participações com 31.180.302 ações nesse mesmo mês. Até dez/2012 estava somente em giro com 652.200 ações subindo na mesma rubrica em janeiro para 2.715.900 e a partir de junho de 2012 para 2.734.400 ações, valor mantido em giro até dez/2014.

Em set/2012 a Petros comprou 1.651.100 ações ON que foram vendidas no mês seguinte. Em jan/2012 adquiriu 4.465.900 ações a R\$16,80/par, em fevereiro mais 23.707.465 ações e em março de 2012 atingiu a quantidade que permanece até dezembro/2014, 31.180.302 ações, ao comprar mais R\$3.006.937 ações, cujo valor unitário já havia caído para R\$14,01/par.

No início de 2014 a Cromossoma Participações, uma sociedade por ações, fez uma oferta de compra a mercado (oferta conhecida por OPA) para adquirir até a totalidade das ações da DASA, ações essas que circulavam no mercado, com a pretensão de fechar o capital da empresa e retirá-la do segmento novo mercado da Bovespa. O valor dessa oferta foi de R\$15,00 por ação. O valor dessa ação em novembro/2013 estava em R\$12,18 e por conta dessa oferta teve suas ações valorizadas em torno de R\$15,00. **A Petros não vendeu sua participação, preferiu manter seu espaço de 10% no capital votante.**

Como resultado desse OPA, restaram somente 78.885.787 ações sendo negociadas em bolsa. A Petros possui desse total, entre ações em giro e ações em participações, 33.914.702 ações, ou 43% que ainda estão em bolsa. Sobram, portanto, no mercado, 44.971.085 ações para negociações diárias o que diminui enormemente sua liquidez.

O portal do Monitor Digital informa agora que a Cromossoma Participações pretende lançar um novo OPA. Esta oferta, R\$10,50 por ação, a se confirmar o que diz o artigo, rebaixa em quase 50% a oferta realizada em janeiro/2014.

Segundo os cálculos executados pelo Raul Rechden (abaixo) e considerando que na verdade temos ações em duas rubricas, **o prejuízo alcançará a bagatela de mais de R\$280 milhões.**

A última AGOE especificou o montante orçamentário de **R\$28.500.000/ano** para 10 diretores e 5 conselheiros administrativos. Se considerar somente a média o conselheiro recebe em torno de R\$150.000 por mês. O conselheiro indicado pela Petros era o Carlos Fernando Costa ex-presidente da Petros. Ainda que o valor mensal para o conselheiro não seja esse, mas um pouco menos, ainda assim é muito dinheiro. Como a petros escolheu seu próprio presidente para ser o representante na Dasa, certamente o valor deve ser elevado.

Em 15/4/2015 a AGOE da Dasa elegeu para ocupar o cargo do Sr. Carlos Costa, ex-presidente da Petros, como conselheiro indicado pela fundação o seu atual presidente Henrique Jäger e votou a nova remuneração do CA e da Diretoria Executiva em R\$28,758 milhões, e que lhe rende mais de R\$95 mil mensais.

Segue a seguir análise rápida executada pelo participante Raul Rechden

De: Raul Rechden [mailto:rrechden066@gmail.com]

Enviada em: quarta-feira, 29 de abril de 2015 14:01

Para: Sérgio Salgado

Cc:

Assunto: Re: FW: Petros e os maus negócios

Resumo da história:

Petros fez a carteira entre janeiro e março de 2012. A maior parte (80%) comprou em fevereiro, quando a cotação fechou o mês em R\$16,00. Dá para considerar que o preço médio da carteira foi de R\$16,00, pois em janeiro fechou em 16,80 e em março, quando foi comprado apenas 10% do total da carteira, fechou em 14,01

Recebeu dividendos em 3 ocasiões:

04/2012: 0,0322/ação (0,2%)

04/2013: 0,066/ação (0,41%)

04/2014: 0,101/ação (0,63%)

A ação fechou em dez/2014 em R\$11,14.

Resumo da ópera:

Valor histórico da ação em dez/2014, considerando os dividendos pagos corrigidos: R\$11,34

Valor pago pela ação, corrigido para dez/2014: R\$19,00

Cano da Petros: R\$7,66/ação.

Como são 31,18 milhões de ações, **CANO TOTAL DA PETROS R\$239.000.000,00**

SE VENDER POR R\$10,50 O CANO PASSA PARA R\$258.800.000,00.

Normal, típico negócio feito pela Petros. Se meter em negócios "inovadores", dos quais não se tem o menor domínio, com parceiros que não se conhece bem tem grande chance de acabar assim.

Obs.: 1 - os números são aproximados, mas o erro é bem pequeno. Não fui 100% rigoroso no cálculo do preço médio de aquisição (nem dá, porque só sabemos o preço no fim do mês, e não exatamente o preço pago).

2 - estranhamente, nos meses de novembro e dezembro de 2012 a carteira fica reduzida a 652 mil ações e depois retorna aos 31,18 milhões.

Raul

D – Carteira Ações em Participação

Esta carteira reúne os investimentos com elevado percentual participativo no capital votante das empresas, existindo tanto na Petros como nas demais fundações.

Essa posição, alcançada, dá direito a indicar e eleger conselheiros nessas empresas.

Permite ainda participação no controle de uma sociedade anônima, vinculado à assinatura de um Acordo de Acionistas. Neste caso, a operação cria bloqueio na negociação dessas ações, cujas vendas somente ocorrem em blocos de grandes proporções.

Na carteira de Ações/Fundos em Participação da Petros, até **dez/2009** o investimento alcançava o total de **R\$3,9 bilhões** (44,4% do total de R\$9 bilhões em renda variável). Em set/2014, para um total de **R\$26,6 bilhões**, esse valor atingia **R\$22,9 bilhões** (ou 86,1%), demonstrando um perfil de investimentos inadequado para um Plano de Pensão já maduro, onde deve prevalecer a busca da liquidez e rentabilidade, além da segurança. Ao contrário, aumentou-se a falta de liquidez, reduziu-se a rentabilidade e, a segurança, pelo histórico, está longe de ser aceitável. Para complementar, boa parte desses ativos são de baixo retorno.

Os resultados pífios e a alta taxa de insucesso dos empreendimentos em participação demonstram de forma cabal que a nomeação de membros do conselho pelas fundações em nada tem ajudado o desempenho das organizações afetadas. Os exemplos são copiosos: Lupatech, Invepar, Sete Brasil, para citar os mais recentes e mais claros. Os únicos beneficiários desse arranjo são os próprios nomeados, que fazem jus a boas remunerações, e o governo, que indiretamente passa a influir na gestão das empresas a seu favor ou em favor de seus parceiros de ocasião. Aos participantes das fundações resta pagar a conta dos prejuízos causados pela má gestão, que muitas vezes é claramente intencional.

Mais cruel, certamente o próprio cidadão comum acaba pagando a conta de todo esse prejuízo já que a Patrocinadora, pela ILC-109 se obriga a dividir esse rombo.

Exemplo típico que a carteira aponta – Ações Petrobrás subscritas em Carteira Ações em Participação

A Fundação Petros, conforme já informado, mantém ativos variáveis em duas rubricas, a de ativos de giro e a de ativos em participações. Nesta rubrica ficam os ativos encarteirados, cujo rendimento é pífio e, na sua maioria sequer cobre a meta atuarial. São ativos usados pela fundação (associados ou não às demais fundações estatais) para distribuir entre apaniguados forma de elevar benefícios salariais ou até mesmo como uso em troca de favores em questões que interessam ao Governo Federal. A Petrobrás é uma delas.

O prejuízo gerado por essa forma de condução de gestão fica evidenciada na planilha excel das ações ON e PN da Petrobrás, que cobre o período de dez/2009 a dez/2014. Certamente isso é política determinada pelo Governo Federal, respaldada pela patrocinadora Petrobrás e aceita sem questionamentos pela gestão Petros.

Não se deve esquecer a total falta de fiscalização dos órgãos criados para isso, no caso a PREVIC e a CVM.

Com isso perdem seus participantes, melhor perde o cidadão brasileiro sempre.

D – A Petrobrás – A FUP – A PETROS

Em 23 de agosto de 1984, o Conselho de Administração da Petrobrás, aprovou alterações a serem implantadas no Regulamento da Fundação Petros, introduzindo os artigos 30, 41 e 42, e aprovadas pelo Secretário da Previdência Complementar do MPAS, conforme Ofício nº 244/SPC-GAB, de 25/9/1984 (anexo), artigos esses que corrigiam a distorção do espiral inflacionária daquele período que corroíam as suplementações dos benefícios e que, em resumo, impediam a aposentadoria dos participantes ativos inviabilizando com isso a renovação dos quadros de pessoal que a patrocinadora pretendia implementar.

Nesse mesmo ofício, **o Órgão fiscalizador comunica a necessidade das patrocinadoras se comprometerem a cobrir quaisquer ônus resultantes dessas alterações.** O Conselho de Administração da Petrobrás, reunido em 22 de novembro de 1984, acatando o comunicado introduz o item X no Artigo 48 do Regulamento (documentos anexados).

A partir do final dos anos 90, já sob forte influência de acionistas privados, a Petrobrás evita assumir os ônus decorrentes de possíveis insubsistências patrimoniais e altera sua forma de negociar Acordos Coletivos dando acréscimos salariais fora da tabela existente, incluindo abonos, níveis e acréscimos de níveis além de criar novas tabelas salariais, congelando as que controlam o pagamento dos benefícios e, com isso, prejudicando os participantes assistidos do seu fundo de pensão.

No início do Governo Lula, a Federação Única dos Trabalhadores, FUP, muda de lado e passa a defender o governo (e os cargos que recebeu em troca, tanto na Petrobrás, quanto na Petros). Os Acordos Salariais acabam por prejudicar os participantes assistidos da Petros, com a introdução de burlas sistemáticas, e que obrigou esses participantes entrarem em peso na Justiça Trabalhista, gerando milhares de ações, a grande maioria obtendo pleno sucesso.

Novamente, em 2013, a FUP faz novo acordo salarial com a Petrobrás causando um enorme rombo à Fundação. Esse acordo prevê que a Petros pague a participantes assistidos **que não entraram na justiça trabalhista, os níveis não concedidos em 2004, 2005 e 2006, retroativo a setembro de 2013**. Prevê também que os assistidos que tiveram decisão positiva em qualquer instância trabalhista venham a receber parcialmente o passivo desse acordo em situação que não interessa ao assistido, considerando o enorme desconto proposto. Conforme Parecer da própria patrocinadora Petrobrás, que assinou o acordo com a FUP, para a Petros arcar com o ônus, o impacto atuarial chega a R\$2,5 bilhões.



Tribunal de Contas da União

Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social

Ofício 0332/2016-TCU/SecexPrevidência, de 9/6/2016
Natureza: Notificação

Processo TC 016.626/2015-0

A Sua Senhoria o Senhor
Sérgio Salgado
Avenida Siqueira Campos, 524, Boqueirão
11.045-200 - Santos - SP

Prezado Senhor,

Notifico Vossa Senhoria do Acórdão 1429/2016-TCU-Plenário, Sessão de 1/6/2016, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo TC 016.626/2015-0, que trata de Denúncia formulada contra a Fundação Petrobrás Seguridade Social – Petros e da sua Patrocinadora Petróleo Brasileiro S/A, em virtude de possíveis irregularidades na gestão financeira da Entidade.

2. Nesse sentido, encaminho cópia do referido Acórdão para conhecimento.
3. Por fim, solicito atenção para as informações complementares contidas no Anexo I deste ofício, as quais integram a presente comunicação.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS
Secretário

Endereço: SAFS Qd 4 Lote 1 – Anexo III – sala 230. - SAFS - 70042-900 - Brasília / DF

Tel.: (61) 3316-7363 - email: secexprevi@tcu.gov.br

Atendimento ao público externo: dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 55759925.



ACÓRDÃO Nº 1429/2016 - TCU – Plenário

Trata-se de **denúncia** a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), relacionadas a atos da gestão da Fundação Petros, bem como aos atos equivalentes executados pela gestão da sua patrocinadora Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) que refletiram em situações ruinosas à Fundação Petros.

Considerando que a matéria da presente denúncia, inclusive a competência do TCU para exame de irregularidades, será analisada por este Tribunal, uma vez que esta Corte, por meio do Acórdão 864/2016-TCU-Plenário, determinou a realização de levantamento nos principais fundos de pensão, com o objetivo específico de **identificar os principais riscos associados** ao custeio dos seus respectivos planos de benefícios e de propor a realização de auditorias para apuração de eventuais irregularidades ou malversação de recursos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM, de acordo como parecer emitido nos autos, em:

- a) conhecer da denúncia;
- b) informar ao denunciante que, mediante o Acórdão 864/2016-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC 015.443/2015-9, esta Corte de Contas decidiu realizar levantamento nos principais fundos de pensão, com o objetivo específico de identificar os principais riscos associados ao custeio dos seus respectivos planos de benefícios e propor realização de auditorias para apuração de eventuais irregularidades ou malversação de recursos;
- c) determinar à SecexPrevidência que:
 - c.1) ao realizar o planejamento da ação de levantamento a que se refere a alínea “b” supra, leve em consideração as informações contidas na presente representação;
 - c.2) informe ao representante quando da constituição do processo de fiscalização de que trata a alínea “b”;
- d) dar ciência desta deliberação ao denunciante e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc);
- e) apensar os presentes autos ao TC 015.443/2015-9, com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-016.626/2015-0 (DENÚNCIA)

- 1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
- 1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
- 1.3. Órgão: Superintendência Nacional de Previdência Complementar.
- 1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
- 1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
- 1.7. Representação legal: não há.
- 1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Excerto da Relação 19/2016 - TCU – Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

Dados da Sessão:

Ata nº 16/2016 – Plenário

Data: 1/6/2016 – Extraordinária de Caráter Reservado

Relator: Ministro VITAL DO RÊGO

Presidente: Ministro AROLDO CEDRAZ

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral PAULO SOARES BUGARIN

TCU, em 1 de junho de 2016.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS



Tribunal de Contas da União

ANEXO I – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) O Tribunal, em respeito ao princípio da ampla defesa, encontra-se à disposição, por meio de suas Secretarias, para prestar esclarecimentos a respeito de eventuais dúvidas ou sobre procedimentos a serem adotados, efetuar a atualização de dívida, em caso de débito e/ou multa, bem como conceder vista e cópia dos autos, caso solicitados.
- 2) É possível requerer vista eletrônica dos autos, por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br > aba cidadão, serviços e consultas > e-TCU Processos > vista eletrônica de processos), exceto no caso de processos/documentos sigilosos. Para tanto, devem ser providenciados o credenciamento e a habilitação prévia do responsável e/ou do procurador, no endereço eletrônico mencionado.